A Corte Portuguesa no Brasil

Silvia Drumond Silva Fontes

Os acontecimentos do final do século XVIII, como a Revolução Francesa e a Revolução Americana, produziram importantes transformações no mundo ocidental, ao abalarem as estruturas do Antigo Regime, tanto no continente europeu quanto nas colônias americanas. O governo de Napoleão deu continuidade aos ideais da revolução francesa, para desespero das monarquias da Europa, com a implantação do Código Civil (1804) nas regiões dominadas pela França. Este código assegurava as principais conquistas burguesas de 1789, servindo de modelo para as demais nações após 1815.

Portugal e Espanha possuíam uma estrutura social rígida, fundamentada nos valores do Antigo Regime, na qual a aristocracia e o clero desempenhavam papel de destaque e o Tribunal da Inquisição mantinha uma autoridade forte. No caso de Portugal, a difusão das idéias ilustradas se deu pela atuação do Marquês de Pombal (1750-1777), resultando muito mais de iniciativas de uma parcela da própria elite dirigente do que de uma demanda da sociedade. Com os conflitos das monarquias européias nos finais do século XVIII, tanto em Portugal como em outras monarquias européias, buscava-se impor um programa baseado nos ideais iluministas, a fim de se assegurar a conservação e o engrandecimento do reino, sem, no entanto, comprometer as estruturas do Antigo Regime. Especificamente em Portugal, houve uma manutenção da estrutura agrária do Antigo Regime paralela a um setor comercial bastante ativo, privilegiado pela política do *exclusivo metropolitano*, adotada nos extensos domínios coloniais. A Inglaterra permaneceu como uma poderosa aliada.

A situação mostrava-se mais delicada em relação à política internacional. O território português permanecia constantemente ameaçado, desde o fim da União Ibérica (1640), pelas pretensões expansionistas da Espanha e temia uma aliança entre esta nação e a França. O governo procurou adotar uma posição de neutralidade, mas se viu obrigado a atender às exigências francesas do Bloqueio Continental de 1806, fechando seus portos aos navios ingleses. Em 1807, a Espanha assinou com a França o tratado de Fontainebleau, que lhe atribuía a ocupação de parte do território português. Diante de um ultimato, que não fora acatado por D. João, as tropas napoleônicas, comandadas pelo general Junot, avançaram e, sem encontrar grande resistência, chegaram a Lisboa em novembro de 1807.

A transferência da Corte.

Num primeiro momento, a atitude de Dom João, embarcando numa esquadra de forma apressada e desorganizada, dava ao quadro aspectos de fuga, de pânico ou de qualquer outra catástrofe. Entretanto, não é lícito concluir que se tratava de um ato impensado, pois há algum tempo o embarque da Família Real fora esboçado e avaliado em todas as suas conseqüências por estadistas e soberanos, quando determinadas circunstâncias políticas ameaçavam a soberania portuguesa.

Segundo o historiador Luís Norton, Martim Afonso de Souza teria sido um dos primeiros a aconselhar a um monarca português a transmigração da Família Real para a América do Sul, revelando ao mesmo a extensão dos seus domínios neste continente e o valor das riquezas que nele se encontravam. Mais tarde, D. João IV, aconselhado pelo Padre Antônio Vieira, admitia a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, buscando um lugar mais seguro e distante das cobiças dos monarcas espanhóis; o Marquês de Pombal estudara este mesmo plano e no ano de 1792, quando um exército espanhol invadiu Portugal, ordenou que algumas naus fossem preparadas para conduzirem a Família Real ao Brasil, no caso de Lisboa ser conquistada pelo inimigo. Finalmente, em 1801 o Marquês de Alorna aconselhava D. João a partir de Lisboa, assim como D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1803. Em um ofício dirigido em 7 de setembro de 1807, comunicava-se que Sua Majestade tinha tomado a decisão de preparar sua marinha para o caso de ser urgente a sua retirada e da Família Real.

Diante das exigências do governo francês, em outubro de 1807, o príncipe regente defina, pela *Convenção Secreta*, ratificada por Jorge III da Grã-Bretanha, a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil. A França exigia que D. João declarasse guerra à Inglaterra. Dom João garantiu ao governo inglês, por intermédio de seu Ministro em Londres, que não acataria as exigências francesas, mas exigia que sua partida não fosse precipitada. O príncipe buscou manter certa neutralidade e habilmente tentava ganhar tempo, tomando medidas diplomáticas até mesmo ambíguas. Porém, o governo francês não renunciava suas exigências e a Inglaterra não se dava por convencida. Esta última, ao mesmo tempo em que aconselhava, também insistia pela adoção do plano de transferência

da Corte portuguesa, de acordo com seus interesses políticos na Europa e na futura expansão de seu comércio com a América.

Resistir ao exército francês seria impossível. Portugal não tinha condições de enfrentar as forças coligadas da França e Espanha, a não ser que tivesse o apoio dos ingleses. Contudo, diante das últimas vitórias do exército de Napoleão, nem a Inglaterra se habilitaria a medir forças com os franceses no continente.

Em 26 de novembro de 1807, no palácio de Nossa Senhora da Ajuda, foi dado um decreto, determinando que o príncipe regente "tendo resolvido, em benefício de meus vassalos, passar com a Rainha minha Senhora e Mãe e com toda a Real Família para os Estados da América e estabelecer-me na cidade do Rio de Janeiro até a Paz geral...". Este decreto também nomeava uma Regência para governar Portugal enquanto D. João estivesse no Brasil, acompanhado de instruções sobre o juramento que deveriam prestar aqueles que foram nomeados para a regência.

Com a chegada das tropas de Junot em Portugal, no dia 27 de novembro daquele ano, começou o embarque da Família Real, acompanhada por cerca de 15.000 pessoas, os arquivos do governo e a biblioteca Real, numa frota de 36 navios. No dia 29, a Corte zarpou do Tejo com direção ao Rio de Janeiro.

A chegada ao Brasil:

Depois de uma curta escala na Bahia, devido às condições de navegação, em 7 março de 1808 entrava na baía de Guanabara uma parte das embarcações portuguesas, conduzindo o primeiro monarca que pisaria no Novo Mundo.

A cidade do Rio de Janeiro constituía o principal porto do Brasil, com uma intensa atividade comercial, articulando a metrópole, o litoral nordestino, o sul, e até mesmo a região do Prata. Entretanto, no início do século XIX a cidade possuía características tipicamente coloniais, delineada por ruas estreitas e tortuosas, com casas desprovidas de comodidade e serviços públicos precários. A população era constituída majoritariamente por escravos negros e não alcançava a marca de sessenta mil habitantes. Conforme a historiadora Mary Del Priore, na primeira metade do século XIX a paisagem urbana do Rio era então bem modesta. Até a inauguração do Real Teatro de São João, as atividades

culturais cariocas não eram suficientes para quebrar a monotonia cotidiana. Nessas condições, a súbita chegada da comitiva real teria provocado um grande transtorno na cidade.

Ao saber da chegada da Corte, dom Marcos de Noronha Brito - o conde de Arcos, vice-rei do Brasil, apressou-se em adaptar o edifício do Paço para abrigar a Corte e servir de sede do governo. Devido à falta de espaço, foram ainda requisitados mais dois prédios, o da Câmara e Cadeia e o do Convento do Carmo. Pessoas que ocupavam estes prédios foram deslocadas para outros locais, como por exemplo, os frades carmelitas, que se viram despejados da casa que haviam construído e habitavam durante séculos. Dom João preferiu como residência a Quinta da Boa Vista, que lhe foi oferecida pelo negociante Elias Antônio Lopes que, em troca, recebeu inúmeros benefícios do governo.

Dentre os nobres, alguns preferiram estabelecer-se nas cercanias da cidade, ocupando chácaras cedidas por brasileiros ricos ou construindo novas residências. Inicialmente, no momento da chegada, aproveitando-se do privilegio da *aposentadoria ativa*, no qual lhes era garantido o direito de requisitar para moradia (quando estivessem fora de seu local de residência efetiva), qualquer propriedade que lhes agradasse, ainda que habitada pelo respectivo dono. A aposentadoria tornou-se odiosa para a população do Rio de Janeiro. Como imóvel requerido era marcado com as iniciais "**P.R.**", de príncipe regente, logo a população carioca traduziu por "*Ponha-se na Rua*" ou por "*Prédio Roubado*".

As residências de comerciantes, artesãos e pequenos funcionários régios se concentraram no centro da cidade, enquanto a população carente buscava as áreas mais ao norte e oeste para levantar suas precárias casas. Definia-se, assim, um espaço urbano marcado pelas diferenças sociais.

Houve também uma grande preocupação em adotar hábitos e políticas públicas que assemelhassem o Rio a Lisboa. Multiplicaram-se obras em quase todas as ruas, novas habitações foram construídas com a fisionomia de residências européias. O comércio de mercadorias de luxo foi propiciado pelos recém-chegados e pelos habitantes locais, preocupados em imitar as modas da Corte, emprestando a cidade ares de uma capital européia. Foi criada em 1808 a Intendência Geral da Policia, nos moldes da existente em Lisboa, cuja função era de policiar a cidade, no sentido de aproximá-la da "civilização", e

também cuidar da urbanização, controlar espetáculos e festejos públicos e solução de conflitos conjugais, familiares e de vizinhança. Apesar de possuir jurisdição em todas as capitanias, suas atividades acabaram se concentrando na capital. A grande preocupação deste órgão era a divulgação de idéias revolucionárias e, neste ponto, sua atuação abrangia outras regiões.

A administração Joanina.

De acordo com o historiador Francisco Vinhosa, a bordo da frota que trouxe a Família Real estavam presentes os elementos essências de um Estado: o alto escalão das hierarquias civil, militar e religiosa, membros da alta sociedade, homens de negócios e apetrechos do governo. Também vieram elementos do segundo escalão, de grande destaque na administração de um Estado soberano e de importante influência.

Imediatamente após a chegada de ao Rio de Janeiro, Dom João dava início à implantação de um sistema administrativo na América. Foram instalados importantes órgãos administrativos do Estado português: os ministérios do Reino, da Guerra e Estrangeiros e o da Marinha e Ultramar; os Conselhos do Estado e o da Fazenda, o Supremo Militar, as Mesas de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. A Relação do Rio de Janeiro foi transformada em Casa de Suplicação, tendo funções de tribunal Superior, e a já citada Intendência Geral da Polícia.

Dom João providenciou a abertura de várias escolas de ensino superior, dentre elas a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia e a Academia Real do Desenho, Pintura, escultura e Arquitetura; fundou também as primeiras escolas primárias de ensino de artes e ofício, o Banco do Brasil (1808), a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e, ainda, promoveu a fundação da Imprensa Régia no Brasil e a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, responsável por trazer para a América as práticas culturais da Europa.

Percebemos assim, que os primeiros quatro anos da Corte no Brasil representaram uma das mais férteis obras administrativas possível, sendo este período dominado pela incansável ação reformista de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares.

Entretanto, muitos destes órgãos foram instalados no Rio apenas pelo fato de existirem em Portugal, como o Desembargo do Paço, o Conselho da Fazenda e a Junta do

Comércio, sem que fossem analisadas as necessidades da nova sede da monarquia. As medidas tomadas pelo príncipe regente foram de extrema importância para o desenvolvimento do país, apesar desta organização administrativa refletir um mecanismo já arcaico para a época, incapaz de permitir a produção de riquezas necessárias e cujos recursos fossem revestidos em benefício de uma elite privilegiada.

Para Maria Odila Leite da Silva Dias, a vinda da Corte, com a instalação do estado português no Centro-Sul, daria início a transformação da colônia em "*metrópole interiorizada*". Como uma metrópole, a Corte do Rio dava continuidade a uma estrutura política e administrativa da colônia, uma vez que as províncias do Norte e Nordeste continuavam sendo controladas e exploradas pela "metrópole" do Centro-Sul. Naquelas duas regiões, houve um aumento dos impostos sobre a exportação do açúcar, tabaco, algodão e couros, criando uma série de tributações que sobrecarregavam as províncias no Norte e Nordeste, a fim de custear as despesas da Corte com o funcionalismo, obras públicas suas despesas com as guerras na Guiana e no Prata. Para estas províncias parecia a mesma coisa dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio.

As medidas econômicas.

No dia 28 de janeiro de 1808, ainda na Bahia, o príncipe regente definia que, "sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta Capitania, com grave prejuízo de meus vassalos e da minha Real Fazenda", estava decretada a Abertura dos Portos da colônia às nações amigas de Portugal.

Esta medida revelava-se, então, uma decisão inevitável, uma vez que os portos portugueses estavam tomados pelos franceses, pois havia a necessidade assegurar outras vias de escoamento de produtos da colônia, já que estes constituíam a principal fonte de recursos para as finanças da Coroa. A grande beneficiária desta medida foi a Inglaterra, único país em condições de enviar navios para a América do Sul e que já havia negociado com Portugal uma privilegiada posição no comércio com o Brasil, nos acordos para transferência da Família Real.

Conseqüentemente, esta medida implicou na quebra do monopólio comercial de Portugal no Brasil, o que representou um duro golpe, pois os comerciantes portugueses

passaram a concorrer, em condições muito desvantajosas, com comerciantes de outros países, particularmente com os ingleses, após a assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra.

No tratado de Aliança e Amizade, que envolvia questões da política européia, a Coroa portuguesa se comprometeria a adotar medidas mais eficazes a fim de assegurar uma gradual abolição do comércio de escravos em seus domínios. O segundo tratado, de Comercio e Navegação, envolvia questões econômicas, nas quais a Inglaterra garantia uma maior vantagem: reduziam-se os direitos alfandegários dos produtos ingleses a 15% *ad valorem*, enquanto os próprios produtos portugueses pagariam uma taxa de 16%. As demais nações continuavam a pagar a taxa de 24% estabelecida em 1808.

Da mesma forma, o alvará de 1º. de abril de 1808 abolia toda e qualquer proibição de instalação das manufaturas no Brasil, favorecendo o início das atividades de fabricação de tecidos, as indústrias extrativas de minerais, a atividade dos ouvires, a extração de diamantes e a siderurgia, representando o último golpe no sistema de exclusivo metropolitano.

O Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves.

A ocupação de Portugal pelos franceses, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e os tratados comerciais de 1810 haviam criado uma ruptura no Império Português. De um lado, a antiga metrópole, que ficara sem a figura do seu soberano e perdera suas antigas funções e, de outro, a antiga colônia, que agora exercia as funções de metrópole, situação que foi consolidada pela elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815. Conservar a unidade do Império nessas condições se mostrou uma tarefa praticamente impossível, pois exigia a atenção aos interesses tanto brasileiros quanto portugueses.

Com o exílio de Napoleão em Elba, uma nova conjuntura diplomática internacional foi se definindo, na qual Portugal buscou tirar algum proveito, buscando uma reaproximação com a França, a fim de evitar uma dependência exclusiva com a Inglaterra. Esta reagiu à nova orientação portuguesa, procurando persuadir D. João VI a voltar para a Europa, onde a Corte estaria mais vulnerável aos interesses econômicos locais. Entretanto,

no círculo da Corte do Rio de Janeiro, predominou a opinião de que D. João VI deveria permanecer no com um grande poder no Novo Mundo do que se sujeitar a uma condição inferior na Europa. A permanência da corte no Brasil significou uma certa predileção pela parte americana do império.

No Congresso de Viena, Portugal não conseguiu resistir às pressões da Inglaterra, que não aceitou a revisão dos tratados de 1810 e ainda exigiu que Portugal proibisse o comércio de escravos no norte do Equador, enquanto no sul seria conservado por um período de oito anos, o que evidencia a fragilidade de Portugal no novo jogo diplomático europeu, incapaz de encontrar outro apoio que não fosse o da Inglaterra.

Neste período ocorre o reaparecimento dos interesses continentais portugueses em oposição aos interesses americanos, o que provocou conflitos entre portugueses e brasileiros no interior do Império, já que a Corte se mostrava infiltrada nos interesses americanos.

Algumas famílias do Rio consolidaram sua posição no Brasil, com uma série de favores que obtiveram do soberano, passando a dispor de grande influência. Contudo, comerciantes da Bahia, Maranhão e Pará permaneceram muito dependentes das casas comerciais portuguesas, o que gerou hostilidades entre portugueses e brasileiros. Este quadro acabou por provocar dois episódios em 1817, um em cada lado do Atlântico e que foram duramente reprimidos pelo governo. Em 6 de março eclodia a Revolução Pernambucana no Brasil e em maio denunciava-se em Lisboa uma conspiração de cunho liberal.

As medidas tomadas pela Corte para tentar apaziguar os ânimos dos portugueses do continente não foram suficientes. Em 1820 uma nova revolução eclodia, desta vez no Porto, no dia 24 de agosto, na qual os revoltosos pregavam o fim do Antigo Regime e a convocação das Cortes para a elaboração de uma constituição. Diante da ameaça ao seu trono, D. João VI foi obrigado a retornar para Portugal, mas deixou na América o seu filho Pedro de Alcântara como regente. Iniciava-se assim o processo de independência do Brasil.

Bibliografia:

NEVES, Lucia Maria B. Pereira das & **MACHADO**, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.21-63

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. Administração Joanina no Brasil (1808-1821): O processo de criação de um Estado independente. In*: Seminário Internacional Dom João VI: um rei aclamado na América.* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1999. p. 357.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império:* questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993 (Parte V).

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 7 ed. São Paulo: DIFEL,1985, Tomo 2, Vol. 1, p. 135-178.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões.* São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 160-184.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil.* 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 (Caps. 1, 2, 3, 4, p. 43-158.

NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; **AZEVEDO**, Paulo César de; **COSTA**, Ângela Marques da. D. João e sua corte do Rio de Janeiro: cumprindo o calendário. In: *A longa viagem da biblioteca dos reis:* do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 287-342.

ANCSÓ, István & P**IMENTA**, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. 1500-2000; a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo, Editora Senac/São Paulo, 2000, p. 127-175.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. 1500-2000:* a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo, Editora Senac/São Paulo, 2000, p. 177-195.

MELLO, Evaldo Cabral de. O Jogo da Independência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23/03/2003, Caderno 'Mais', p. 10-11.